

## SUSTENTAÇÃO DE DISCURSOS E (RE)PRODUÇÃO DA LÍNGUA OFICIAL

RAFAEL BARRETO DO PRADO (FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - USP).

### Resumo

Esta comunicação pretende apresentar reflexões a respeito de como um texto constrói sua sustentabilidade, apoiado em recursos lingüísticos e extralingüísticos (organização social). Para tanto, tomamos como objeto de análise um artigo publicado na Revista *Presença Pedagógica* (v. 3, nº 13, jan/fev, 1997), intitulado "As variedades lingüísticas e o ensino de português", de Raquel Salek Fiad. O artigo se propõe a realizar uma análise de três discursos relacionados ao ensino de Língua Portuguesa: o primeiro é o discurso oficial, denominação dada pela autora, o segundo é formado pela fala de professores e o terceiro é formado por alguns manuais didáticos. Nossa fundamentação teórica está apoiada em Rossi-Landi (1985), "A linguagem como trabalho e como mercado", no qual o autor aborda a produção lingüística como um ato social e as interrelações entre a comunidade lingüística e os produtores de discurso metalingüístico sobre a língua e em Pierre Bordieu (1998), "A produção e a reprodução da língua legítima", no qual o autor trata da instituição de uma língua oficial, tido como a única legítima. Pretendemos mostrar em que medida os mecanismos apontados por Rossi-Landi estão delineados em nosso objeto de análise, considerando, também, o lugar social ocupado pelo próprio artigo de Fiad, em favor de uma língua legítima elevada à condição de oficial.

### Palavras-chave:

Sociolingüística, Produção Acadêmica, Circulação do Conhecimento.

### 1. *Do Geral...*

O mito da Torre de Babel apresenta a história da tentativa de um povo de construir uma enorme torre que alcançasse o céu. Diante desta atitude, Deus teria destruído a torre, dividido esse povo por várias regiões do mundo, cabendo a cada porção uma língua diferente. A confusão das línguas garantiria certa segurança ao Criador, que não teria seu Reino invadido. O que nos interessa dessa alegoria é apontar o movimento de determinação da língua por uma instituição alheia aos falantes, num ato de imposição, uma lei, validado por uma autoridade reconhecida e legitimada socialmente.

O estabelecimento de uma língua oficial (Bordieu, 1998) se dá pela imposição de uma única língua, colocada como legítima a todos os falantes de uma comunidade.

Tal língua seria a que supostamente garantiria a unidade lingüística, garantiria também a possibilidade “universal” de comércio e de dominação sem usos, considerados abusivos socialmente, das forças de imposição da ordem (polícias, guardas, exércitos etc.). Essa variedade, uma dentre as demais, se ergue como nacional, velando assim seu caráter de classe e a própria luta de classes.

A língua oficial tem parte com o Estado. E isto tanto na sua gênese como nos seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado lingüístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória nas ocasiões oficiais e nos espaços oficiais (Escola, administrações públicas, instituições políticas, etc.), essa língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas lingüísticas são medidas. (BORDIEU, 1998: p.25).

O autor aborda nesse ponto a necessidade da unidade lingüística pretendida para a constituição do Estado. Idéia essa que nos remete ao pensamento Iluminista (alicerce da Revolução Francesa e da formação do Estado burguês, ferramenta, pois, da classe dominante[1]). Ao observar sua curta listagem dos espaços oficiais, encontramos instituições cuja função é manter e reproduzir a ordem do Estado.

Na alegoria da Torre de Babel temos a confusão das línguas garantindo o status da autoridade, essa – miticamente – portadora de todas as línguas, fato que permite a emissão de ordens. Já na constituição do Estado, a população deveria formar uma unidade lingüística, para que se entendessem as leis.

Outra característica dessa língua, a serviço da ordem, é a preponderância da forma escrita sobre a falada, fato que leva uma porção dos “cidadãos” a condição de isolamento, ou extremamente dependente de uma mediação.

Esse isolamento seguirá historicamente marcado entre os que dominam a escrita e os que não dominam. Entre os que têm acesso a espaços de decisão política e os executores da mesma. Marca quem está dentro da cidade das letras e quem está fora.

Olhando para o Brasil, identificamos um acontecimento de grande semelhança às reflexões de Bordieu, trata-se do período pombalino. Fausto (2006) afirma que a reforma executada por Pombal no séc. XVIII “combinava o absolutismo ilustrado com a tentativa de aplicação consequente das doutrinas mercantilistas” (p.59).

Em outra passagem, agora Silva (2004), a autora trata da execução da política pombalina:

Em 1757, com o Marquês de Pombal, se define explicitamente para o Brasil uma política lingüística e cultural que fez mudar de rumo a trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam que uma língua geral de base indígena ultrapassara de muito as reduções jesuíticas e se estabelecia como língua familiar no Brasil eminentemente rural de então. (SILVA, 2004: p.).

Podemos ver aqui, a ação do Estado sobre os rumos linguísticos de Brasil, marcando sua lei no corpo dos falantes (CERTEAU, 1994, p. 230). Tal imposição está a serviço de garantir a prática dos ideais de unidade entre a metrópole e a colônia. É um momento de crise na Europa, o Antigo Regime está dando lugar ao pensamento ilustrado e ao liberalismo comercial. Não impunemente, da administração pombalina à Proclamação da Independência, passariam pouco mais de sessenta anos. Esta, muito mais “contaminada” pelos novos ideais vindos da Europa, do que aquela.

Nesse período, já havia na região litorânea uma língua geral (RIBEIRO, 1995: 122) de base indígena e outra na região Norte[2], além dessas, outras se desenvolviam

no território brasileiro e na tríplice fronteira. Acaso, tais línguas ganhassem “fôlego”, ameaçariam a hegemonia político-cultural portuguesa.

Vale ressaltar que, juntamente com o massacre sofrido pelos índios, as línguas indígenas perderam força, assim como seu modo de organização, prevalecendo a organização ocidental européia, o governo europeu, o exército europeu e a língua européia. Me lembro aqui dos casos apresentados por Eduardo Galeano em seu livro *Ser como eles*[3]:

O problema indígena: os primeiros americanos, os verdadeiros descobridores da América, são "um problema". E para que o problema deixe de ser um problema, é preciso que os índios deixem de ser índios. Apagá-los do mapa ou apagar-lhes a alma, aniquilá-los ou assimilá-los: o genocídio ou o outrocídio. (GALEANO: 2000).

O conflito lingüístico vai além do “que língua ensinar?”, seria negligente olhar a língua e não olhar o falante, o produtor. Aqui também se mascara a relação produtor-produção-produto. O último pode aparecer como um algo autônomo, que subverte a condição e se torna sujeito. Aí, falar-se de preservação de língua e não dos falantes.

## 2. ... ao específico

Procuramos exemplificar, brevemente, como se efetuou, a partir da ação política de Portugal, a imposição da Língua Portuguesa, não analisamos e nem analisaremos mais detalhadamente esse momento histórico. Apenas o tomamos para mostragem de um movimento de imposição da forma cultural e lingüística socialmente prestigiada. Entretanto, refletiremos com um exemplo de nosso tempo. Antes, vale aprofundar as

reflexões com intuito de procurar abordar de forma menos simplificada as correlações de força presentes no procedimento de efetivação da língua oficial.

Para o estabelecimento desta, não basta, evidentemente, um decreto, se faz necessário um complexo mecanismo que estabeleça qual a variedade linguística legítima e a faça circular. Podemos visualizar uma tentativa de sistematizar esse procedimento em Rossi-Landi (1985). Tomando como base este autor e intervindo em sua proposta, podemos dizer que tal procedimento se baseia em quatro processos:

- i) O Recorte: tomar determinado recorte da produção linguística da comunidade de falantes;
- ii) A Produção: produzir um discurso metalingüístico apoiado na legitimidade das Instituições produtoras de um conhecimento valorizado socialmente, que inclusive pode remeter ao recorte anterior, em oposição ou corroboração;
- iii) A Circulação: fazer circular o discurso metalingüístico na forma de discursos oficiais, científicos e didáticos;
- iv) A Maximização: se apropriar de espaços de simplificação do discurso metalingüístico de modo a ampliar ao máximo a divulgação.

Diante disso, pretendemos analisar um texto cuja configuração (abordagem, tema, circulação) condensa e exemplifica em parte (pelo menos é a nossa hipótese inicial) tais relações descritas a partir de Rossi-Landi. Estão presentes nesse texto outros, que são objetos de análise, pertencentes a um dos quatro processos descritos anteriormente (o Recorte, a Produção, a Circulação e a Maximização).

Nosso objeto de análise será, então, um artigo publicado na Revista *Presença Pedagógica* (v. 3, nº 13, jan/fev, 1997): “As variedades lingüísticas e o ensino de português”, Raquel Salek Fiad.

O artigo é uma breve análise de três discursos relacionados ao ensino de Língua Portuguesa. O que os une, segundo a própria autora, é o tema: “algum tipo de abordagem relacionando a questão da variedade lingüística ao ensino de português” (p. 47). Além disso, “são recentes, produzidos a partir da segunda metade da década de 70” (p. 47), o importante desse dado é a proximidade temporal entre os discursos. O primeiro é o discurso oficial, denominação dada pela autora. O segundo é formado por falas de professores, recolhidas por Fiad num curso de atualização. O terceiro é formado por alguns manuais didáticos.

Assim, a princípio, o texto da autora traz, enquanto objeto de análise, o discurso oficial, que impõe a língua oficial, a fala dos professores (agentes que deveriam “fazer” o discurso virar prática, nesse mecanismo) e o livro didático; todos apontando para o ensino da Norma Culta. Esta, segundo todos os discursos analisados por Fiad, atende ao uso nas situações formais, mais tensas, oficiais. A variedade falada pelo sujeito carrega um valor social que é impresso no falante. Se ele utiliza a Norma Culta, sua fala vale mais, tem maior valor de troca[4]; o que relega ao silenciamento as variedades não-padrão.

### *3. Os Dados e a Análise*

A fim de organizar e visualizar melhor os dados, vamos dividi-los em quatro “categorias”:

- C1: discurso oficial, textos responsáveis por apresentar diretrizes de ensino;

- C2: falas dos professores de português sobre a variação lingüística;
- C3: trechos de livros didáticos;
- C4: próprio artigo da autora, texto que analisa os demais e participa da Circulação.

O primeiro trecho é um apontamento da autora, no qual destaca dois aspectos de um excerto referente a diretrizes elaboradas pela Comissão Nacional para a Educação (1985).

#### **C4**

Desse documento destaco dois aspectos: em primeiro lugar, o fato de que as pesquisas sobre a diversidade lingüística, embora não tão recentes, ainda *não interferiram no ensino de português*; em segundo lugar, a afirmação de que *é objetivo desse mesmo ensino o acesso à norma culta do português*. (destaques nossos).

Os dois aspectos destacados pela autora serão recorrentes nos estudos da Sociolingüística no Brasil. O interessante desse artigo é a localização de tais aspectos nos documentos do discurso oficial. Embora a autora diga que muitos desses documentos contaram com a contribuição de professores universitários. Assim, podemos salientar a aproximação, ou interferência, do que é científico e do que é oficial. Um acordo.

Passemos ao excerto do documento:

#### **C1**

Os estudos e pesquisas acerca das variedades lingüísticas e das diferenças entre variedades social e culturalmente privilegiadas variedades socialmente e culturalmente estigmatizadas não são recentes. No entanto, esses estudos e pesquisas ainda não

beneficiaram o ensino da língua, que tem desconhecido a existência e legitimidade das variedades lingüísticas, e não tem sabido reconhecer que seu objetivo último é proporcionar às novas camadas sociais, hoje presentes na escola, a aquisição da língua de cultura, cujo domínio soma ao domínio das variedades naturalmente adquiridas. (p.48)

O que destacamos desse documento, além do que já foi falado, é o caráter natural atribuído para a aquisição das variedades não-padrão. Sendo que a Norma Culta recebe um “epíteto” de língua de cultura. Cultura de quem? E a língua enquanto acontecimento social? Aprender uma língua é se envolver também com a cultura à qual se vincula tal língua. O documento atribui cultura à Norma Culta, como se as outras variedades não estivessem associadas a produções culturais.

O ensino reivindicado por esse discurso ganhou espaço, além de outras reflexões, se contrapondo ao caráter normativo da Gramática Tradicional, todavia parece-nos que as orientações apresentadas se aproximam de um caráter regulador. O uso da variedade não será inibido quando for adequado.

O próximo quadro contém as palavras da autora, vejamos:

#### **C4**

A década de 80 marcou a consolidação de um discurso sobre a diversidade nos textos produzidos oficial e institucionalmente por diferentes órgãos encarregados, de alguma maneira, de orientar os professores de 1º e 2º graus. Além da consolidação, observa-se um certo espalhamento das idéias presentes nos diferentes textos aqui discutidos. É possível constatar, a partir do conjunto de textos representativos dessa época, o quanto ela foi produtiva. (p. 50)

Talvez seja na década de 70 e 80 que tenham se produzidos os novos cânones. O que a autora descreve nos remete ao mercado lingüístico teorizado por Rossi-Landi. O

produto do trabalho lingüístico (língua ou fala) é instrumento e matéria para um trabalho ulterior. A finalidade para o uso das palavras e as relações entre elas, segundo o autor, estão determinadas pelos seus valores de uso, de troca e/ou “valor”.

Toda palavra, expressão ou mensagem apresenta-se no mercado lingüístico como unidade de valor de uso e de valor de troca. Deve, de fato, ter um valor de uso, isto é, estar em condições de satisfazer a uma necessidade comunicativa qualquer, para poder assumir um valor de troca, mas, para o caso oposto, deve apresentar-se como valor de troca, para que seja possível remontar a seu valor de uso e desfrutá-lo. (ROSSI-LANDI, 1985: p.88).

Dentro desse mercado lingüístico que se forma em uma comunidade, às palavras são atribuídos valores e a troca se faz de acordo com esses valores. Vincular-se aos autores pertencentes ao período referido (anos 70 e 80) garante circulação a um texto. Daí a imagem de discursos suspensos acima de nossas cabeças aos quais podemos nos agarrar e circular pelo meio acadêmico.

Veremos mais adiante a autora observar na fala de professores de língua portuguesa, múltiplas leituras de conceitos. Isso pode ter relação com esse mercado lingüístico e um movimento de não se voltar à produção e ficar na esfera da reprodução e do produto.

**C4**

Através da leitura dos 152 textos é possível perceber, principalmente, as *múltiplas leituras* que alguns conceitos têm: isso nos revela como tem sido incorporada, pelos professores, a questão da variação lingüística. (p. 53) [destaque nosso]

Aqui a autora fala sobre as múltiplas leituras dos conceitos realizada pelos professores, isso pode estar dificultando a aplicação dos conceitos. É uma pista, pelo menos, para o diagnóstico, segundo Fiad, de que a escola não incorporou na suas atitudes práticas, o discurso da variação. Daí, talvez, a necessidade de se revisitar os autores e estabelecer um confronto entre as definições conceituais. A sistematização, além de ser um retorno à produção, cujo velamento tem aumentado, permitirá discutir as próprias teorizações, possibilitando um rigor maior na reflexão sobre a variação lingüística.

A autora diz haver unanimidade no depoimento dos professores a respeito da função da escola de ensinar a Norma Culta, objetivo atribuído, como foi visto, pelo discurso oficial.

## C2

O que consegui entender hoje do que se falou aqui é que podemos e devemos aceitar a fala de berço dos alunos, mas devemos levá-los a aprender a linguagem padrão, que no caso é ele que vai escolher depois se irá usá-la ou não. (...) Em primeiro lugar devo respeitar *aquela* língua que ele traz gravada através da vivencialidade; em segundo, transmitir, de maneira gradual, sem *ofender frontalmente* seus princípios básicos, a maneira de usar a língua mais *requintada*, visto que, se vou ensinar, deve ser algo que suponho que ele não saiba. (p. 53) [destaque nosso]

Vale destacar aqui, algumas construções linguísticas. Primeiro o uso do pronome “aquela” para se referir à língua do aluno. Tal atitude demonstra o distanciamento do lugar social e conhecimento do professor em relação ao do aluno. A língua deste está longe, distante da escola. Outra formulação é o uso da palavra “requintada” para adjetivar a Norma Culta, a língua que não é, a princípio, do aluno. Será aquela oferecida a ele. Como sustentar que o aluno decidirá qual variedade usar, se as adjetivações em

relação as variedades marca sempre uma oposição valorativa. Por fim, temos o “sem ofender frontalmente”, parece um jogo manipulativo. Evita-se o embate e vai se inculcando no aluno a forma oficial.

### **C3**

A gramática desenvolvida na coleção é, fundamentalmente, a gramática da norma padrão, já que é objetivo específico do ensino de língua portuguesa, na escola, a aprendizagem dessa variedade lingüística que, por ser o dialeto de prestígio, é instrumento fundamental de acesso à cultura e à participação política no contexto social. (p. 55)

Esse texto de um manual didático reproduz as recomendações de um documento oficial apresentado no início do artigo, mostrando em boa medida o alinhamento dos discursos.

### **C1**

Sem esse domínio da língua de cultura (...), torna-se impossível a democratização do acesso aos bens culturais e da participação política. (p. 48)

O que temos em ambos é o reconhecimento de que uma parcela da população está silenciada. E não seria se dominassem a língua oficial? A história tem mostrado que o acesso à aprendizagem da norma padrão tem sido proporcional à posição ocupada pelo falante na estrutura social, tornando-se assim, mais um episódio revelador das desigualdades estruturais da forma de organização social vigente.

Para Geraldi, a força conservadora da língua não está associada aos falantes populares. Estes trariam as inovações, a dinamicidade. As forças conservadoras da língua coincidem com os frequentadores da esfera do poder, a manutenção da estrutura passa pela manutenção da construção discursiva.

Tudo indica que a reflexão sobre a língua, que começa a se produzir já nos começos da modernidade, rapidamente esquece o potencial de inovação que os vulgares poderiam representar em relação aos ordenamentos e às regras. Ao contrário, nenhum tempo de liberdade é admissível em matéria de língua: há sempre que encontrar normas, fixar o movimento para garantir não se sabe bem o quê, mas garantir a correção que somente tem existência pela construção de seu outro, o erro. (GERALDI, 2005).

Se alçássemos outra variedade à condição de legítima, além do embate pelo espaço de verdade, teríamos uma diluição do poder.

#### **C4**

Essa avaliação nos mostra que a escola ainda não incorporou, em suas práticas, a valorização da linguagem oral com suas variedades, embora exista um discurso oficial que supostamente devesse sustentar essa prática. (p. 55)

Na conclusão, Fiad afirma que as medidas adotadas pelo discurso oficial, apoiados na produção científica, chegaram à escola de alguma forma: no discurso escolar, mas não na prática da escola. As discussões, nos parece, ficaram no nível discursivo, não avançamos.

Esse cenário faz com que um determinado discurso se sustente, permitindo novas (re)produções, cuja função não indica ser outra: contribuir para a “acumulação de capital”, ou seja, permitir a existência um posicionamento socialmente valorizado, no qual as produções recentes podem embarcar a fim de se manterem em “porto seguro”.

Nosso movimento, nesta pesquisa, vai ao encontro da questão colocada por Barzotto (2004) no texto “Língua Portuguesa e prática docente: ouvindo vozes e

tomando sustos”, no qual o autor pergunta: “Qual é, afinal, o papel da crítica constante nos trabalhos que tematizam o ensino de Língua Portuguesa?” (idem: 242). Para o autor, a crítica se mantém paralela aos problemas, não agindo (ou tocando) efetivamente nos pontos criticados, uma vez que estes acabam sendo motivos para mais escritos.

Fica a impressão de que a crítica alimenta-se dela mesma, que os trabalhos apenas buscam sua inscrição numa tradição e não a investigação com vistas à compreensão do fenômeno estudado.

A crítica talvez sirva primordialmente à obtenção de poder e ao narcisismo, uma vez que encontramos em primeiro plano uma busca pelo poder de dizer o que já se tem a dizer, independentemente de uma correspondência desse dizer com o mundo, e em segundo plano uma devolução de uma imagem, como se fosse um espelho, em busca da companhia de uma crítica anterior e mais forte. (BARZOTTO, 2004b: 245).

Cria-se um caminhar paralelo, sem tocar nos problemas e solucioná-los (ou ao menos possibilitar o real embate) permite à crítica se reproduzir; dado que o referente na realidade permanece, ou seja, continua-se a delimitar uma Língua Padrão distante da maioria dos falantes e a Gramática não é deslocada do centro do ensino.

#### *4. Considerações Finais*

Ao manter-se a possibilidade de reproduzir as mesmas queixas, o discurso acerca da Variação Lingüística e do ensino de língua materna, estagna-se na posição de ocupante de um espaço que propicia forte influência e referência nos estudos. Transforma-se assim num valor geral que permite a quem se apropria do mesmo lançar mão de um valor de troca, Rossi-Landi (1985).

O artigo tem por mérito nos apresentar a presença de um discurso uno em várias manifestações discursivas. Dele é construída uma imagem de língua oficial: que democratiza, inclui, respeita as diversas, permite ao falante escolher a modalidade mais conveniente, se opõe ao prescritivismo da gramática. Cria também uma imagem de “outra língua”, diferente da do falante; de possibilidade de participação social; entretanto, isso não se concretiza.

O discurso transformado em mercadoria é reproduzido em série, à medida que há demanda, lembrando que o mercado tem capacidade de criar a demanda, criar a necessidade. Essa produção parte de um lugar socialmente valorado e, ao ser utilizado, adquirem um “valor de troca”. Quando se adere a tal posição discursiva, insere-se numa linha; evidentemente é aquela que prevalece sobre as outras, vencedora da disputa política em ocupar o lugar de produção do conhecimento.

O discurso ganha força enquanto representação institucional e, sua prática se apaga. Ficamos em contato mais com a imagem e menos com a coisa.

A combinação das formações discursivas apresentadas no artigo, e ele próprio, permitem a circulação dos termos, das expressões, fazendo com que um discurso possa ser visto e lido de uma determinada forma; no caso, ocupando o lugar de verdade, apoiado na suposta bandeira democrática que levanta. Assim, se opor a ele é se opor também ao democrático. O valor de uso não se efetiva, porque não parece ser esse o ponto de chegada.

## **5. Bibliografia**

**BARZOTTO, Valdir Heitor.** "Nem respeitar, nem valorizar, nem adequar as variedades lingüísticas". Em: *Revista ECOP*, n.2, julho, 2004a.

\_\_\_\_\_ . “Língua Portuguesa e prática docente: ouvindo vozes e tomando sustos”.

Em: **BASTOS, N. B.** (Org.). *Língua Portuguesa em Calidoscópico*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004b, pp. 239- 45.

**BORDIEU, Pierre.** *O que falar quer dizer: A economia das trocas lingüísticas*. Tr. Wanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998.

**CERTEAU, Michel de.** *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tr. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. (PP.221-73).

**FIAD, Raquel Salek.** “As variedades lingüísticas e o ensino de português”. Em: *Revista Presença Pedagógica*, Belo Horizonte – MG, v. 3, nº 13, jan/fev, 1997.

**GERALDI, João Wanderley.** *Tranças do poder, danças dos letrados: a infatigável tarefa de frear a língua*. Palestra proferida no VIII Fórum de Estudos Lingüísticos, Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Universidade de Estado do Rio de Janeiro, 18/11/2005.

**RIBEIRO, Darcy.** *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

**ROSSI-LANDI, Ferruccio.** *A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas*. Tr. Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Difel, 1985.

**SILVA, Rosa Virgínia Mattos e.** *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

---

[1] Mesmo no Brasil tais ideais forma essencialmente apropriados por uma classe de proprietários e, têm na Inconfidência Mineira seu expoente. “Com exceção do semiproletário Joaquim José da Silva Xavier e do filho de artesão que foi José Joaquim da Maia, os inconfidentes foram em geral proprietários e exprimiram interesses e preocupações de proprietários. Para alguns a Inconfidência teria sido exatamente isso: uma conjuração em favor da propriedade. É por interesse pecuniário que Silvério dos reis delata seus companheiros, é pensando numa ordem em que não fosse mais necessário transferir suas rendas ao fisco metropolitano que os conjurados conspiram. (...) Por isso o foco da crítica inconfidente é o colonialismo, e não a opulência, ao contrário dos conjurados baianos, compostos em sua maioria de classes baixas, e que diferentemente dos mineiros não tinham grande entusiasmo por essa revolução de proprietários que foi a Revolução Americana (p. 342). Cf. **ROUANET, Sérgio Paulo**. “As Minas Iluminadas: A Ilustração e a Inconfidência”. Em: **NOVAES, Adauto** (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. Das Letras / Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

[2] Cf. FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006. 2ª ed. A influência indígena foi nítida, tanto em termos numéricos como culturais. A língua dominante em pleno século XVIII era a “língua franca”, uma variante do Tupi. Houve uma extensa mestiçagem da população, mesmo porque as mulheres brancas eram raras, apesar dos esforços de enviar emigrantes dos Açores para São Luís.

[3] GALEANO, Eduardo. *Ser como eles*. Rio de Janeiro: Revan, 2000, pp 72-3.

[4] A língua se reduz ao mero ato comunicativo enquanto troca de mercadoria. O que conta é o quanto vale, qual forma é utilizada. Mascaram-se as etapas do trabalho lingüístico.